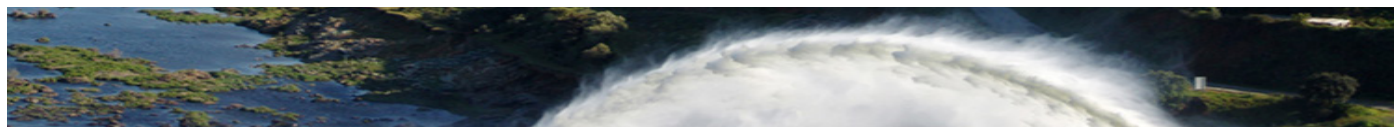


OS APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS EM PORTUGAL: QUE PERSPECTIVAS DE FUTURO?

LNEC, 18 de janeiro 2017



Portugal dispõe, de uma maneira geral, de recursos hídricos superficiais em quantidade razoável, mas a sua distribuição espacial e temporal é bastante irregular, com invernos húmidos que alternam com períodos de estiagem, nos quais o escoamento superficial chega a ser nulo em alguns locais.

Tal como muitos outros países no mundo, possui várias centenas de aproveitamentos hidráulicos e adquiriu, desde há mais de meio século, uma larga experiência no estudo, projeto, construção, operação e manutenção de um número significativo de aproveitamentos hidráulicos de pequena, média e grande dimensão, que permitiram gerir, de uma forma geral, os seus recursos hídricos, que têm uma grande relevância para a economia nacional.

A construção destes aproveitamentos hidráulicos deveu-se inicialmente à necessidade de eletrificação do país, mas que se estendeu para o abastecimento de água, a regularização de caudais e controlo das cheias, a rega de culturas agrícolas, a navegação fluvial, o combate a incêndios, a constituição de reservas estratégicas de recursos hídricos, as atividades turísticas e recreativas, etc. Sendo certo, como muitas outras infraestruturas, que possuem aspetos positivos e negativos, seria quase impossível, nos dias de hoje, imaginarmos-nos sem muitos desses aproveitamentos hidráulicos.

Em alguns casos os aproveitamentos são de fins múltiplos, enquadramento que tem vindo a ganhar recentemente uma importância crescente, como forma de aumentar os benefícios sem agravar os impactos que invariavelmente a sua implantação introduz. Algumas albufeiras que foram inicialmente concebidas para uma utilização principal, são hoje partilhadas entre diversos usos, nem sempre totalmente compatíveis entre si. Também a partilha de recursos hídricos entre Portugal e Espanha coloca desafios à boa gestão desses recursos e das infraestruturas hidráulicas, quer do ponto de vista quantitativo, quer da qualidade da água.

Um desses exemplos é a Barragem de Alqueva, concluída em 2002, e que constitui a principal infraestrutura daquele empreendimento de fins múltiplos. A albufeira, com 250 km², é o maior lago artificial da Europa, constituindo uma reserva estratégica de água para o abastecimento público, a agricultura, a indústria, o combate aos efeitos de secas, a produção de eletricidade e a criação de novas possibilidades de desenvolvimento turístico.

Portugal tinha, no final de 2015, uma potência total instalada de 18533 MW, correspondendo 6184 MW à componente hídrica, incluindo 422 MW provenientes de mais de 100 pequenas centrais hidroelétricas, sendo que cerca de 1500 MW estão associados a aproveitamentos com mais de 40 anos.

Em 2015 a energia hidroelétrica representou 17,5% da produção de energia total nacional, sendo que 9,7% dessa componente foi gerada por pequenas centrais. De acordo com o Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico pretendia-se aumentar, até 2020, a potência instalada para 7000 MW.

Foram recentemente concluídas ou estão em fase de conclusão os aproveitamentos hidráulicos do Baixo Sabor no rio Sabor (189 MW), de Ribeiradio/Ermida no rio Vouga (82.3 MW), de Foz Tua no rio Tua (252 MW). Foi dado início aos trabalhos de construção da barragem de Daivões, no rio Tâmega (118 MW), com conclusão prevista para o final de 2020. Foram concluídos recentemente os reforços de potência de Salomonde II no rio Cávado (220 MW) e Venda Nova III no rio Rabagão (756 MW).

A construção de novos aproveitamentos hidráulicos encontra-se suspensa, na sequência de uma revisão do Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH). A alteração a esse programa teve em consideração outros fatores que se consideram ter um impacto sobre o livre fluxo de água e a qualidade das massas de água e não apenas a produção de energia ou fatores económicos. Esta revisão prevê também a criação de um novo regime de caudais ecológicos, a remoção de alguns aproveitamentos hidráulicos obsoletos existentes, a reavaliação do plano de mini-hídricas e a reavaliação de novas barragens a construir.

Sabendo-se que as perspetivas técnicas, económicas, sociais, etc, mudam ao longo do tempo, a APRH pretende com este seminário promover a reflexão e a discussão das reais perspetivas de evolução e enquadramento dos aproveitamentos hidráulicos em Portugal, tentando assim responder a algumas questões-chave. Qual o Plano para o futuro? Irão ser construídos novos aproveitamentos hidráulicos? Quando e onde? Para que fins? Qual o papel das mini-hídricas? Qual a abordagem adotada em Espanha? Numa perspetiva de reforço da agricultura no contexto nacional, faz sentido investir em novos aproveitamentos hidroagrícolas? De que forma os aproveitamentos hidráulicos devem ser vistos cada vez mais como sendo de multiusos, tendo um papel mais relevante em relação ao controlo de cheias, secas, manutenção de caudais ecológicos eficientes, etc? Qual a abordagem adotada em Espanha? Podem todos os usos ser compatibilizados e otimizados?

Um conjunto de especialistas e oradores convidados, com um vasto conhecimento e intervenção nesta área e que se disponibilizaram para partilhar a sua visão, bem como a perspetiva do sector institucional, técnico e social que representam, procurarão dar resposta a algumas destas questões.

OS APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS EM PORTUGAL: QUE PERSPECTIVAS DE FUTURO? LNEC, 18 de janeiro 2017

PATROCINADORES

APOIO



8:30	Receção aos participantes
9:00	Sessão de Abertura Carlos Martins, Secretário de Estado do Ambiente Carlos Pina, Presidente do LNEC <i>Evolução recente da regulamentação sobre segurança de barragens</i> Francisco Taveira Pinto, Presidente da APRH
10:00	Os Aproveitamentos Hidráulicos e a Hidroeletricidade Moderador: Francisco Taveira Pinto, APRH/FEUP
10:00 - 10:30	Nuno Lacasta, Presidente da APA <i>A perspectiva futura institucional</i>
10:30 - 11:00	Nuno Portal, EDP-Produção <i>A perspectiva futura na ótica da produção</i>
11:00 - 11:30	António Sá da Costa, Presidente da APREN <i>A perspectiva futura na ótica dos produtores</i>
11:30 - 12:00	José Polimón, Presidente da SPANCOLD <i>A perspectiva e experiência Espanhola</i>
12:00 - 12:30	Debate
12:30 - 14:00	Almoço
14:00	Os Aproveitamentos Hidroagrícolas Moderador: Alexandra Carvalho, EDIA
14:00 - 14:30	João Coimbra, ANPROMIS <i>Gestão eficiente da água e energia na agricultura</i>
14:30 - 15:00	Francisco Gomes da Silva, ISA <i>Uso eficiência da água: o exemplo de uma política pública</i>
15:00 - 15:30	Joan Corominas Masip, Nueva Cultura del Agua <i>El regadío español y los debates actuales sobre su futuro</i>
15:30 - 16:00	Debate
16:00 - 16:30	Intervalo para Café
16:30	Os Aproveitamentos Hidráulicos e a Compatibilização de Usos Moderador: Carlos Mineiro Aires, Bastonário da OE
16:30 - 17:00	Pedro Serra, PLANEGE <i>Reservas estratégicas de água para uma política de desenvolvimento sustentável</i>
17:00 - 17:30	José Pedro Salema, EDIA <i>Alqueva: Gestão integrada de uma reserva de água</i>
17:30 - 18:00	Teresa Ferreira, ISA <i>Caudais Ecológicos - novas abordagens e adaptação às alterações climáticas</i>
18:00 - 18:30	Debate
18:30	Encerramento

INSCRIÇÕES

A inscrição inclui almoço e coffee-break. Os estudantes que se inscrevam como Associados só necessitam de pagar a jóia.

ATÉ 20 DEZEMBRO 2016
Estudantes
20€
Associados da APRH (associe-se na APRH AQUI)
40€
Não Associados da APRH
60€
Membros da Ordem dos Engenheiros (indicar nº de membro)
50€

DEPOIS 20 DEZEMBRO 2016
Estudantes
25€
Associados da APRH (associe-se na APRH AQUI)
50€
Não Associados da APRH
80€
Membros da Ordem dos Engenheiros (indicar nº de membro)
70€

Formulário de inscrição online:
<https://goo.gl/uEq6Na>